



**CENTRO PAULA SOUZA
ETEC PHILADELPHO GOUVÊA NETTO
TÉCNICO EM FINANÇAS**

**ANÁLISE DO IMPACTO REAL DA INFLAÇÃO EM FAMÍLIAS DE
BAIXA RENDA**

Ana Lívia Laureano Taborda¹

Artur Oliveira Santos Bernardis²

Gabriel Serafim Leandro³

Victor Gabriel de Oliveira Gomes⁴

**São José do Rio Preto – SP
2025**

¹ Técnico em Finanças – Etec Philadelpho Gouvêa Netto – ana.taborda@etec.sp.gov.br

² Técnico em Finanças – Etec Philadelpho Gouvêa Netto – artur.bernardis@etec.sp.gov.br

³ Técnico em Finanças – Etec Philadelpho Gouvêa Netto – gabriel.leandro5@etec.sp.gov.br

⁴ Técnico em Finanças – Etec Philadelpho Gouvêa Netto – victor.gomes19@etec.sp.gov.br



**CENTRO PAULA SOUZA
ETEC PHILADELPHO GOUVÉA NETTO
TÉCNICO EM FINANÇAS**

**ANÁLISE DO IMPACTO REAL DA INFLAÇÃO EM FAMÍLIAS DE
BAIXA RENDA**

Ana Lívia Laureano Taborda⁵

Artur Oliveira Santos Bernardis⁶

Gabriel Serafim Leandro⁷

Victor Gabriel de Oliveira Gomes⁸

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Técnico em Finanças da ETEC Philadelpho Gouvêa Netto, orientado pelo Prof. Helber Menon, como requisito parcial para obtenção do título de Técnico em Finanças.

São José do Rio Preto- SP

2025

⁵ Técnico em Finanças – Etec Philadelpho Gouvêa Netto – ana.taborda@etec.sp.gov.br

⁶ Técnico em Finanças – Etec Philadelpho Gouvêa Netto – artur.bernardis@etec.sp.gov.br

⁷ Técnico em Finanças – Etec Philadelpho Gouvêa Netto – gabriel.leandro5@etec.sp.gov.br

⁸ Técnico em Finanças – Etec Philadelpho Gouvêa Netto – victor.gomes19@etec.sp.gov.br

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar o impacto real da inflação sobre famílias brasileiras com renda de até três salários-mínimos, buscando compreender se o índice oficial de inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), representa de forma fidedigna as variações de preços sentidas por esse grupo. A pesquisa parte da constatação de que a economia é um sistema complexo de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, sendo a inflação um fenômeno central para a avaliação do poder de compra da população e da estabilidade econômica. A metodologia adotada é de natureza quantitativa e descritiva, baseada em dados secundários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), complementados por uma pesquisa de campo para coleta de preços em diferentes estabelecimentos. O estudo utiliza como referência a metodologia do INPC, porém propõe o desenvolvimento de um índice alternativo, denominado Índice de Preços da Baixa Renda (IPBR), restrito a famílias com rendimentos de até três salários-mínimos. O processo envolveu três etapas principais: (I) coleta de dados sobre preços e composição da cesta de consumo; (II) reponderação da cesta conforme o perfil de consumo das famílias de baixa renda; e (III) cálculo do IPBR, possibilitando a comparação entre os resultados obtidos e o índice oficial (INPC). Os resultados indicam que o IPBR, ao se basear em uma cesta composta majoritariamente por produtos e serviços de primeira necessidade (como alimentos, gás de cozinha e produtos de higiene), apresentou variações inflacionárias próximas das captadas pelo INPC. Portanto, conclui-se que o INPC, embora tenha uma cesta de consumo maior e com itens muitas vezes não consumidos de fato por famílias de baixa renda, consegue mensurar a inflação deste grupo, sem maiores distorções. Além do mais, o estudo evidencia a importância de recortes metodológicos mais específicos para compreender as desigualdades econômicas e aprimorar políticas públicas voltadas à proteção do poder de compra das classes de menor renda.

Palavras-chave: Inflação; Baixa Renda; INPC; Poder de Compra; Indicadores Econômicos.

RESUMÉN

El artículo tiene como objetivo analizar el impacto real de la inflación en las familias brasileñas con ingresos de hasta tres salarios mínimos, buscando comprender si el índice de inflación oficial, el Índice Nacional de Precios al Consumidor (INPC), representa de manera confiable las variaciones de precios sentidas por este grupo. La investigación se basa en el hallazgo de que la economía es un sistema complejo de producción, distribución y consumo de bienes y servicios, siendo la inflación un fenómeno central para la evaluación del poder adquisitivo y la estabilidad económica de la población. La metodología adoptada es cuantitativa y descriptiva, basada en datos secundarios proporcionados por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), complementada con una encuesta de campo para recoger precios en diferentes establecimientos. El estudio utiliza como referencia la metodología del INPC, pero propone el desarrollo de un índice alternativo, denominado Índice de Precios de Bajos Ingresos (IPBR), restringido a familias con ingresos de hasta tres salarios mínimos. El proceso consistió en tres pasos principales: (I) recopilación de datos sobre precios y composición de la canasta de consumo; (II) reponderación de la canasta de acuerdo con el perfil de consumo de las familias de bajos ingresos; y (III) cálculo del IPBR, que permite la comparación entre los resultados obtenidos y el índice oficial (INPC). Los resultados indican que el IPBR, basado en una canasta compuesta en su mayoría por productos de primera necesidad y productos (como alimentos, gas para cocinar y productos de higiene), presentó variaciones inflacionarias diferentes a las capturadas por el INPC, revelando que las familias de bajos ingresos tienden a sentir los efectos de la inflación con mayor intensidad, especialmente en períodos de aumento de los precios de los artículos esenciales. Se concluye que el IPBR presentó variaciones inflacionarias cercanas a las capturadas por el INPC. Por lo tanto, se concluye que el INPC, aunque tiene una cesta de consumo mayor y con artículos que a menudo no consumen realmente las familias de bajos ingresos, es capaz de medir la inflación de este grupo sin distorsiones importantes. Además, el estudio destaca la importancia de enfoques metodológicos más específicos para comprender las desigualdades económicas y mejorar las políticas públicas destinadas a proteger el poder adquisitivo de las clases de ingresos más bajos.

Palabras Clave: Inflación; Bajos Ingresos; INPC; Poder Adquisitivo; Indicadores Económicos.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	5
1.1.	Contextualização	5
1.2.	Problema de pesquisa	6
1.3.	Objetivos	6
1.3.1.	Objetivo geral.....	6
1.3.2.	Objetivos específicos.....	6
1.4.	Metodologia	7
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1.	Economia	8
2.2.	Indicadores Inflacionários	10
2.2.1.	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	10
2.2.2.	Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M).....	10
2.2.3.	Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	11
3.	DESENVOLVIMENTO	12
3.1.	Considerações iniciais.....	12
3.2.	Cesta de consumo: INPC X IPBR	13
3.3.	Coleta de preços.....	13
3.3.1.	Levantamento de preços	14
3.4.	Cálculo do IPBR.....	18
3.4.1.	Memória de Cálculo do IPBR.....	18
3.5.	Comparação: INPC X IPBR.....	19
4.	CONCLUSÃO	20
	REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

A economia é um sistema complexo de produção, distribuição e consumo de bens e serviços que um país utiliza para atender às necessidades de sua população. Esse sistema é composto por agentes econômicos, como empresas, famílias e o próprio governo. Dessa forma, é possível definir a economia como um ciclo: os preços influenciam as decisões do consumidor (se está caro ele não compra, se está barato ele compra), essas decisões influenciam na produção e no consumo (se menos pessoas consomem, a produção diminui e se mais pessoas consomem, a produção aumenta), impactando diretamente os preços dos produtos.

Por ser muito abrangente, a economia tem indicadores para auxiliar a medir dados específicos. Eles facilitam a criação de metas e/ou limites, mostram a movimentação do mercado financeiro e a variação da situação do país. Neste sentido, podemos citar: o Produto Interno Bruto (PIB) que indica a oscilação do crescimento econômico do país; a taxa de juros (Selic) que é a taxa básica nacional; entre diversos outros que são fundamentais para a tomada de decisões de investimento, influenciando a alocação de recursos e a escolha de ativos.

Dentre os principais indicadores da economia brasileira, encontram-se os inflacionários, responsáveis pela medição da variação dos preços praticados no mercado interno. Neste sentido, o principal fornecedor destas informações é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encarregado pelo índice oficial de inflação do País, por exemplo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Este índice é utilizado para medir a variação dos preços de uma coletânea reduzida de itens ao consumidor com renda familiar de até 5 salários-mínimos. Sendo, por isso, um importante método para compreender o poder de compra de quase 80,60% das famílias brasileiras, as quais ganham até R\$ 8.300,00 (BORA INVESTIR - B3).

Tendo em vista esse cenário de renda no Brasil, em situações de inflação descontrolada, os efeitos sobre a economia de um país podem ser significativos e extensos. Um dos efeitos mais diretos é a redução do poder de compra das camadas

de menor renda, o que afeta diretamente o consumo e, consequentemente, a atividade empresarial. A diminuição da demanda leva a uma queda nas vendas, crescimento das inadimplências e, frequentemente, a um cenário de demissões e aumento do desemprego. Além disso, fica nítido que os impactos sentidos por essa grande massa muitas vezes não condizem com a realidade, fazendo com que haja um certo questionamento em relação aos reais níveis de inflação, os quais são sentidos pela base da sociedade.

1.2. Problema de pesquisa

Diante do exposto acima, qual é o verdadeiro impacto da inflação sentido por uma família com renda familiar de até 3 salários-mínimos?

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Abordar qual o impacto real da inflação sentida por uma família com renda familiar de até 3 salários-mínimos.

1.3.2. Objetivos específicos

I - Analisar a metodologia de cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e os impactos da inflação em famílias de baixa renda;

II - Desenvolver um índice de inflação com base no consumo das famílias com renda de até três salários-mínimos;

III - Comparar o índice inflacionário desenvolvido com o INPC.

1.4. Metodologia

Este trabalho é desenvolvido a partir de uma pesquisa quantitativa e descritiva, fundamentada na análise de dados secundários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O ponto de partida é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado oficialmente para medir a variação de preços em famílias com rendimento de 1 a 5 salários-mínimos.

A proposta metodológica consiste em calcular um índice alternativo, a partir da lógica do INPC, mas restringindo o recorte para famílias com rendimento de até 3 salários-mínimos. Essa adaptação permitirá avaliar se os impactos da inflação sobre essa faixa de renda apresentam diferenças significativas em comparação ao índice tradicional. O processo será realizado em três etapas principais:

I - Coleta de dados – solicitação ao IBGE das informações detalhadas necessárias para a construção do índice, especialmente sobre a composição da cesta de consumo e os pesos atribuídos a cada grupo de produtos e serviços;

II - Reponderação da cesta – ajuste dos pesos com base no novo recorte salarial (até 3 salários-mínimos), preservando a mesma estrutura metodológica utilizada no INPC;

III - Construção do mini índice – cálculo do índice alternativo, permitindo comparações diretas entre o resultado obtido e o INPC oficial, a fim de observar possíveis diferenças nos efeitos da inflação sobre esse grupo específico de famílias.

Essa abordagem busca não apenas reproduzir um novo indicador focado, mas também trazer uma análise prática e aplicada, que evidencie a importância de recortes mais específicos na compreensão dos impactos da inflação sobre essa camada da população brasileira.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Economia

O termo “Economia” vem do grego “oikos” (casa) e “nomos” (costume ou lei) que juntos significam “regras da casa”. Antes de ser compreendida da forma que é atualmente, a economia era utilizada na Grécia Antiga para descrever a forma como as famílias administravam seus lares, ou seja, como elas organizavam seus gastos e rendimentos. Após isso, durante o mercantilismo, o termo apareceu como “economia política”, o qual continuava com um sentido semelhante àquele criado pelos gregos, mas que também foi estendido para o campo da administração pública.

O conceito de economia como uma ciência social, utilizado nos dias de hoje, é fundamentado em teorias e pensamentos mais recentes (a partir do século XVIII). Um dos pensadores mais influentes para o estabelecimento da economia moderna foi Adam Smith, ele foi o criador da famosa teoria da “mão invisível do mercado” e defendeu o liberalismo e a competição como maneiras de promover o crescimento econômico, além de ter publicado o livro “A Riqueza das Nações”, o qual apresenta o trabalho, a terra e o capital como os três elementos da produção e os principais impulsionadores do desenvolvimento socioeconômico de um país.

Atualmente a economia é considerada uma ciência social que estuda a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços na sociedade; ela também estuda os efeitos da valorização e desvalorização da moeda e possui o objetivo de observar e relacionar diferentes aspectos da população e das empresas, a fim de desenvolver políticas que beneficiem todas as pessoas.

Além disso, com ela, é possível entender fenômenos como a inflação, verificar padrões de comportamento econômicos e analisar os melhores métodos de distribuição de recursos na sociedade (Banco BMG, 2025). As decisões econômicas e o desempenho da economia refletem diretamente na vida cotidiana das pessoas, como por exemplo: no preço da cesta básica e da gasolina, no preço do transporte público, nos níveis de inflação, nas taxas de desemprego, entre outros. Para se aprofundar na Teoria Econômica, é fundamental ter noção sobre 2 conceitos importantes, sendo eles: a Microeconomia e a Macroeconomia.

O conceito da Microeconomia se baseia no estudo dos agentes econômicos de maneira individual, dando ênfase nas interações entre os consumidores e as empresas. Dessa maneira a Microeconomia é vista como uma matemática mais exata, visto que leva em conta questões como o produto individual, por exemplo: demanda por determinado produto ou serviço, as ofertas, os preços e a qualidade dos produtos, salários etc.

A Macroeconomia, por outro lado, estuda a economia como um todo (EADCON, 2025). Ela se dedica a estudar fenômenos econômicos em larga escala, como a política fiscal, monetária, a inflação, o desemprego ou até mesmo o crescimento econômico de um determinado país. Além disso, ela também se baseia no estudo das interações dos países uns com os outros e como essas relações podem influenciar todos os demais economicamente.

A inflação, por sua vez, é um termo da economia muito utilizado para designar o aumento geral nos preços dos produtos que são consumidos pela sociedade, além de representar o aumento do custo de vida para os consumidores e para as empresas, os quais são derivados do aumento nos preços dos produtos. Normalmente, esse processo não costuma ser prejudicial para o consumidor, pois os reajustes nos salários-mínimos visam, sobretudo, acompanhar as taxas de inflação, porém, ela se torna prejudicial para a sociedade quando seu nível aumenta descontroladamente e em uma velocidade grande, visto que os reajustes salariais levam mais tempo para serem implementados (Brasil Escola, 2025).

De forma simplificada, o processo de inflação funciona da seguinte maneira: quando a procura por um determinado produto é muito maior do que sua oferta, o preço desse produto aumenta, e quando é muito menor, seu preço diminui. Assim, quando a população possui uma maior renda ou mais crédito para comprar, há um aumento súbito da procura pelos produtos que geralmente não é acompanhada pela oferta, fazendo com que os preços se elevem e a inflação se intensifique. Outro fator que pode contribuir para a inflação é quando as empresas sofrem com um rápido aumento nos custos da produção de suas mercadorias, seja com aumento repentino de salários, excesso de dívidas ou aumento intensivo de impostos, elas tendem a repassar esse custo ao consumidor. Dessa forma, novamente os preços se elevam e a inflação sobe, definindo, assim, outra grande área de estudo da economia.

2.2. Indicadores Inflacionários

2.2.1. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza mensalmente a coleta de aproximadamente 430 mil preços em 30 mil estabelecimentos distribuídos em 13 regiões urbanas do país. Este índice considera famílias com rendimentos mensais entre 1 e 40 salários-mínimos, independentemente da fonte de renda.

O IPCA é essencial para compreender a dinâmica da inflação no país, pois permite analisar a evolução dos preços ao consumidor final, indicando se estão em tendência de alta (inflação) ou de queda (deflação). Além disso, serve como principal referência para o Banco Central definir a taxa básica de juros (Selic), sempre respeitando as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

2.2.2. Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M)

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acompanha a evolução dos preços em diferentes setores da economia. Ele é composto por três subíndices: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), que representa 60% do cálculo e reflete preços no atacado; o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M), com peso de 30%; e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M), que corresponde a 10%.

A coleta de dados é realizada entre o dia 21 do mês anterior e o dia 20 do mês de referência (FGV, 2025). O IGP-M é amplamente utilizado como parâmetro para reajustes contratuais, como aluguéis, tarifas públicas, planos de saúde, seguros e mensalidades escolares, além de servir como indicador para decisões econômicas tomadas por agentes financeiros e pelo governo na formulação de políticas monetárias e fiscais.

2.2.3. Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

De forma complementar, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) também é calculado pelo IBGE, mas é direcionado a famílias com renda mensal entre 1 e 5 salários-mínimos, cuja renda principal provém do trabalho assalariado. Por isso, o INPC fornece uma visão mais detalhada do impacto da inflação sobre os segmentos de menor poder aquisitivo, que representam uma parcela relevante da população brasileira. Além de acompanhar a variação de preços, este indicador é amplamente utilizado como referência em reajustes salariais, benefícios previdenciários, programas sociais e negociações trabalhistas, oferecendo informações importantes para a formulação de políticas voltadas para este público.

A metodologia de cálculo do índice se baseia na coleta mensal de preços de bens e serviços em 16 áreas urbanas do País, compreendendo Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e Brasília. Os produtos considerados para a coleta de preços utilizam a estrutura de consumo familiar obtido pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Sabendo disso, a cesta de consumo considerada inclui os mesmos grupos de despesas do IPCA, mas os pesos utilizados para cada produto são diferentes. Visto que a restrição orçamentária destas famílias de menor renda faz com que destinem proporcionalmente maiores gastos a itens básicos, privando-os do consumo de artigos de maior valor.

O INPC é calculado segundo a metodologia do índice de Laspeyres encadeado, onde é calculado a variação dos preços de cada item da cesta de consumo no período analisado. Cada variação ponderada é formada considerando o peso de cada produto ou serviço, o qual corresponde à participação média dessa despesa no grupo estudado. Em seguida, estas variações são agregadas para se obter o índice dos grupos, subgrupos e, por fim, de toda a cesta de produtos observada. Gerando, assim, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Considerações iniciais

No desenvolvimento do trabalho foi construído um mini índice a partir de coletas locais feitas por cada integrante, com o objetivo de analisar os preços e calcularmos a inflação da cesta pela média simples das variações em um período de 30 dias. Em seguida comparamos a série com o INPC para mostrar a diferença entre a realidade vivida por famílias com rendimento médio de até 3 salários-mínimos, com o índice oficial.

A coleta de dados foi realizada em quatro estabelecimentos, onde três deles estão localizados na cidade de São José do Rio Preto e um na cidade de Uchoa. Os itens analisados pertencem a cesta de consumo básica presente entre as quatro famílias. Cada integrante obteve as informações referentes ao mês de setembro e outubro, respeitando a distância de 30 dias entre elas. Após a coleta de todas as informações, obtivemos a variação em percentual, através da seguinte fórmula:

$$Variação\% = \left(\frac{P^2 - P^1}{P^1} \right) \times 100$$

Conforme a fórmula, para cada item, calculou-se a variação percentual de setembro para outubro. A variação percentual dos itens registrados por cada membro foi calculada pela variação percentual dos itens registrados. O resultado da aplicação desta fórmula na soma dos totais de cada estabelecimento é o índice agregado do grupo. Após o levantamento dos valores, foi comparado o INPC com o IPBR.

3.2. Cesta de consumo: INPC X IPBR

A cesta de consumo do INPC é baseada na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE e é dividida nos seguintes grupos de produtos e serviços: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e por fim, comunicação. A princípio, o INPC é composto principalmente por produtos de alimentação como arroz, feijão, carnes, leite e hortaliças. Além disso, o índice também é fortemente impactado por despesas não alimentícias cruciais, como habitação (aluguel residencial, energia elétrica e gás de cozinha), ou transporte (com destaque para gasolina e transporte público).

Todavia, tendo em vista que o público-alvo do índice oficial são famílias com renda familiar de até 5 salários-mínimos e que o cálculo leva em consideração diversos produtos que não são frequentemente consumidos por elas, foi feito uma redução da cesta de consumo para se aproximar da realidade. Esse novo desenvolvido no trabalho foi nomeado de Índice de Preços da Baixa Renda (IPBR), e tem sua cesta composta majoritariamente por itens básicos e mais acessíveis, como: arroz, feijão, macarrão, shampoo, absorventes, sabão, gás de cozinha, transporte, dentre outros.

3.3. Coleta de preços

Uma vez desenvolvida a cesta de produtos do IPBR, o próximo passo se tornou a coleta dos valores de cada item da tabela, para tanto, a metodologia da pesquisa de campo foi definida em dois momentos de coleta. O primeiro momento ocorreu em setembro e o segundo, em outubro, ambos entre os dias 15 e 28 de cada mês, respeitando o intervalo de 30 dias entre cada coleta. Não obstante, o levantamento se deu em mercados de franquias diferentes, selecionados e pesquisados por cada indivíduo do grupo, totalizando quatro áreas analisadas, sendo três localizadas dentro do município de São José do Rio Preto e uma em Uchoa, ambos do interior do Estado de São Paulo.

3.3.1. Levantamento de preços

ITENS	LOJA 1		LOJA 2		LOJA 3		LOJA 4	
	SETEMBRO (R\$)	OUTUBRO (R\$)	SETEMBRO (R\$)	OUTUBRO (R\$)	SETEMBRO (R\$)	OUTUBRO (R\$)	SETEMBRO (R\$)	OUTUBRO (R\$)
ALIMENTAÇÃO	109,25	106,43	119,61	111,29	122,82	117,01	103,96	102,37
ARROZ	23,58	23,58	27,95	22,79	33,99	33,99	23,49	21,99
FEIJÃO	12,95	12,95	7,96	7,99	8,39	7,09	5,89	6,29
MACARRÃO	3,99	3,99	3,99	6,99	4,90	3,99	3,59	3,59
FARINHA DE TRIGO	3,45	3,49	5,99	4,19	5,69	5,69	4,89	4,89
AÇÚCAR	18,25	17,25	20,90	20,90	20,79	15,99	21,90	21,90
SAL	2,75	2,59	4,25	4,25	4,29	4,29	2,49	2,49
ÓLEO DE SOJA	7,59	7,59	8,99	8,99	8,49	8,99	7,97	8,35
LEITE	5,29	5,29	4,99	5,29	4,99	5,99	5,35	4,89

CAFÉ	31,40	29,70	34,59	29,9	31,29	30,99	28,39	27,98
HIGIENE	112,10	118,30	80,73	84,94	100,33	99,33	135,27	140,06
SABONETE	2,89	2,79	2,19	2,99	2,99	2,99	2,39	2,39
SHAMPOO E CONDICIONADOR	31,98	33,99	18,98	21,98	14,99	14,99	26,19	26,89
CREME DENTAL	4,39	5,69	2,98	3,21	3,39	3,39	9,90	9,90
ESCOVA DE DENTE	5,98	5,98	8,87	8,87	4,99	4,99	13,50	13,50
PAPEL HIGIÊNICO	14,99	14,99	15,75	14,89	11,99	10,99	19,89	18,89
ABSORVENTE	9,59	9,59	10,99	9,50	5,99	5,99	10,90	11,90
DESODORANTE	29,49	31,98	10,98	12,00	10,99	10,99	18,9	22,99
LÂMINA DE BARBEAR	12,79	13,29	9,99	11,50	45,00	45,00	33,6	33,6
DOMÉSTICO	77,62	78,12	56,82	56,61	90,33	90,33	78,86	73,43
SABÃO EM PÓ	25,98	25,98	8,99	14,99	38,99	38,99	23,99	21,39
DETERGENTE	2,59	2,59	1,99	1,48	2,89	2,89	2,30	2,39

ÁGUA SANITÁRIA	5,69	5,69	7,98	4,58	5,39	5,39	8,90	5,98
DESINFETANTE	8,98	9,89	5,89	5,59	5,49	5,49	8,98	8,98
ESPONJA	4,89	4,98	1,99	1,99	7,49	7,49	7,75	7,75
SACO DE LIXO E VASSOURA/RODO	29,49	28,99	29,98	27,98	30,08	30,08	26,94	26,94
ENCARGOS E MORADIA	599,00	599,00	50,00	50,00	750,00	750,00	650,00	650,00
ÁGUA E ESGOTO	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	150,00	150,00
ALUGUEL E FINANCIAMENTO	549,00	549,00	0,00	0,00	700,00	700,00	500,00	500,00
COMBUSTÍVEL E ENERGIA	135,70	135,74	120,70	120,74	110,87	110,87	120,70	120,74
GÁS DE COZINHA	135,00	135,00	120,00	120,00	110,00	110,00	120,00	120,00
ENERGIA ELÉTRICA	0,70	0,74	0,70	0,74	0,87	0,87	0,70	0,74
SAÚDE	30,49	30,89	16,18	14,46	91,92	116,03	36,99	36,99
ANALGÉSICO E ANTIALÉRGICO	20,49	18,99	16,18	14,46	32,02	26,04	36,99	36,99

USO CONTÍNUO	10,00	12,00	0,00	0,00	59,90	89,99	0,00	0,00
TRANSPORTE	10,90	10,99	8,69	8,59	5,59	5,79	9,19	9,29
COMBUSTÍVEL	5,90	5,99	3,69	3,59	5,59	5,79	3,69	3,79
PÚBLICO	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
COMUNICAÇÃO	199,80	199,80	185,90	186,99	209,90	209,90	335,00	335,00
INTERNET MÓVEL	75,00	75,00	54,00	55,09	83,00	83,00	180,00	180,00
INTERNET RES.	90,00	90,00	120,00	100,00	100,00	100,00	120,00	120,00
STREAMING OU TV POR ASSINATURA	34,80	34,80	11,90	11,90	26,90	26,90	35,00	35,00
ANIMAIS DOMÉSTICOS	52,00	52,00	22,15	22,15	65,99	65,99	35,10	36,50
RAÇÃO BÁSICA	32,00	32,00	22,15	22,15	60,00	60,00	22,50	23,90
AREIA PARA GATOS	20,00	20,00	0,00	0,00	5,99	5,99	12,60	12,60
TOTAL	1.326,86	1.331,27	660,78	655,77	1.497,75	1.515,25	1.505,07	1.504,38
VARIAÇÃO	0,33%		-0,76%		1,17%		-0,05%	

3.4. Limitações Metodológicas

Algumas limitações precisam ser consideradas na interpretação dos resultados deste estudo. A coleta foi realizada em um número reduzido de estabelecimentos e dentro de um intervalo de tempo curto, o que naturalmente limita a abrangência da análise. Além disso, o índice utilizado baseia-se na cesta mínima definida pelo grupo, o que faz com que sua estrutura seja diferente daquela adotada em índices oficiais, como o INPC, que utilizam pesos específicos para cada categoria de consumo.

Essa diferença metodológica deve ser reconhecida, pois influencia o tipo de comparação possível entre os índices. Também houve itens registrados com valor zero, pois, segundo o integrante responsável pela coleta, esses produtos não fazem parte do consumo da família analisada. Essas particularidades podem influenciar alguns resultados pontuais, mas não comprometem o propósito do trabalho, que é apresentar uma estimativa direta e acessível da variação de preços nos itens essenciais considerados.

3.5. Cálculo do IPBR

Uma vez finalizada a coleta e o tratamento inicial dos dados obtidos nas etapas anteriores, o foco se fixa em calcular o índice IPBR proposto neste trabalho, para posterior análise e defesa de tese. Com isso em mente, o resultado do Índice foi gerado por meio da variação simples dos totais medidos nos quatro estabelecimentos cotados. Por fim, tendo como resultado o valor de 0,32%.

3.5.1. Memória de Cálculo do IPBR

O cálculo realizado para se chegar no mini índice IPBR utilizou os valores totais da coleta de todos os estabelecimentos listados de setembro e outubro para encontrar a variação da seguinte forma:

Total de Setembro = 1.326,86 + 660,78 + 1.497,75 + 1.505,07 = 4.990,46

Total de Outubro = 1.331,27 + 655,77 + 1.515,25 + 1.504,38 = 5.006,67

$$IPBR = \left(\frac{5.006,67 - 4.990,46}{4.990,46} \right) \times 100 = 0,32\%$$

3.6. Comparação: INPC X IPBR

Conforme a divulgação dos dados de outubro pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), a inflação observada pelo INPC nos grupos de consumo abordados pelo IPBR foi de 0,33%. Com isso em mente, a diferença entre ambos os índices foi de apenas 0,01%, uma diferença mínima no todo. Portanto, observou-se no período apurado e com base em ambas as metodologias, uma consonância entre ambos os índices.

4. CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa permitiu compreender o impacto real da inflação sobre famílias com renda de até três salários-mínimos, alcançando o problema de pesquisa e os objetivos propostos. A análise da metodologia do INPC e o desenvolvimento do Índice de Preços da Baixa Renda (IPBR) proporcionaram uma visão mais específica do comportamento dos preços para esse grupo. Embora o INPC apresente uma ampla cesta de produtos e serviços, esta pesquisa trabalhou com um conjunto reduzido de itens, concentrando-se apenas naqueles considerados essenciais para a subsistência de uma família de baixa renda.

Essa escolha metodológica, embora represente uma limitação importante, também reforça o foco do estudo: captar a inflação percebida no consumo básico e indispensável. Os resultados demonstraram que o IPBR variou 0,32%, enquanto o INPC registrou 0,33%, uma diferença mínima de 0,01 ponto percentual. Isso indica que, mesmo com uma cesta reduzida, o índice desenvolvido apresentou comportamento praticamente idêntico ao índice oficial.

Assim, conclui-se que, no período analisado, a inflação sentida na base do consumo essencial acompanhou de forma muito próxima a inflação medida nacionalmente, não havendo sinais de perda adicional de poder de compra para as famílias de baixa renda. Dessa forma, o estudo reforça que o INPC se mostrou representativo para o período analisado, e o IPBR desenvolvido ofereceu uma alternativa simples e fiel para mensurar a variação de preços enfrentada na prática por famílias de baixa renda. Mesmo diante das limitações apresentadas, este estudo contribui como um ponto de partida e abre espaço para pesquisas futuras que desejem aprofundar a análise sobre a variação de preços e ampliar a compreensão do tema.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. **IBGE inclui 56 itens no cálculo da inflação**, 2019. Disponível em: [IBGE inclui 56 itens no cálculo da inflação | Agência Brasil](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html). Acesso em: 29 de setembro de 2025.

CANGIRANA, Kaique. **Entenda a diferença entre macroeconomia e microeconomia**, 2024. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/superavit/2024/09/16/entenda-a-diferenca-entre-microeconomia-e-microeconomia/>. Acesso em: 25 de setembro de 2025.

IBGE. **Biblioteca IBGE**, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php>. Acessado em: 29 de setembro de 2025.

IBGE. **Índices Especiais**, 2025. Disponível em: portal-da-inflacao-ibre.fgv.br/#!/c13i?origem=pagind-ipcc1. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

IBGE. **INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

IBGE. **INPC- Índice Nacional de Preços ao Consumidor, Informações técnicas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

IBGE. **INPC- Índice Nacional de Preços ao Consumidor, Para compreender o INPC**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

IBGE. **INPC- Índice Nacional de Preços ao Consumidor, Publicações**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

IBGE. **POF- Pesquisa de Orçamentos Familiares**, 2007. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/justica-e-seguranca/19877-2002-2003.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

IBGE. **POF- Pesquisa de Orçamentos Familiares, Informações técnicas**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

IBGE. **POF- Pesquisa de Orçamentos Familiares, O que é**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

IBGE. **Portal SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/7063>). Acesso em: 29 de setembro de 2025.

Saiba tudo sobre economia, 2023. Disponível em: <https://www.bancobmg.com.br/blog/educacao-financeira/saiba-tudo-sobre-economia/>. Acesso em: 25 de setembro de 2025

SOUSA, Rafaela. **O que é PIB**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-pib.htm>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.

STUMPF, Kleber. **Conceitos de economia: o que são, tipos e importância**, 2024. Disponível em: <https://www.topinvest.com.br/conceitos-de-economia/>. Acesso em: 25 de setembro de 2025